



ANO 12 Nº 10
Outubro de 2003

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Brasil 2003: zona agrícola livre para transgênicos

A MP 131, de 25.09.03, oficializa a lavoura transgênica no País, associando a decisão às circunstâncias do Rio Grande do Sul, onde se estima em 70% a área de soja plantada com sementes modificadas, envolvendo cerca de 150.000 pequenos produtores rurais.

Supondo-se que a taxa de adesão (70%) ao transgênico esteja correta, então ela é semelhante à norte-americana (68%), todavia inferior à argentina (90%). Ora, considerando que a semente usada pelos gaúchos tem origem na produção contrabandeada da Argentina, considerando, ainda, que o país vizinho a utilizou pela primeira vez em 1996, mesmo supondo um mercado altamente fluido, é razoável supor que o plantio dos transgênicos no Estado tenha iniciado na safra de 1998, ou na de 1997, mais remotamente, atestando, em qualquer caso, a notável rapidez da adoção das sementes modificadas pelos gaúchos.

Sementes transgênicas constituem inovação tecnológica, e, como tal, do ponto de vista da racionalidade microeconômica, será incorporada pelo agricultor na expectativa de ganhos da rentabilidade da lavoura, os quais podem resultar seja de aumentos da produção para cada nível dado de *inputs*, seja da redução dos mesmos, sem prejuízo dos níveis conhecidos de produção. Quais as vantagens, então, que seriam proporcionadas pelo pacote tecnológico em discussão, que combina o uso de uma semente ao herbicida Roundup Ready, ambos de propriedade industrial da Monsanto?

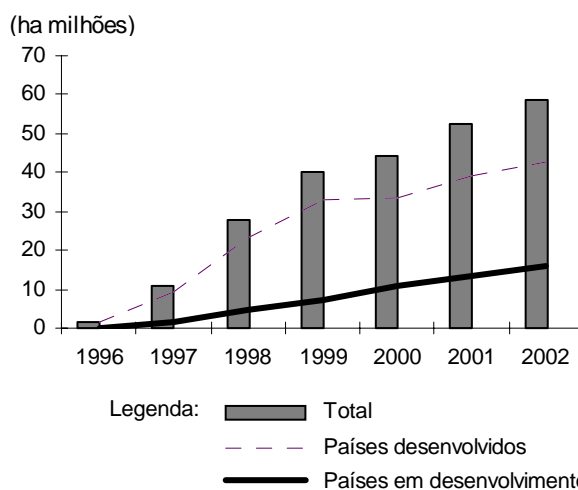
Os estudos disponíveis sobre perfis de produção utilizando sementes de soja convencionais e modificadas em lavouras norte-americanas não são conclusivos quanto a ganhos de produtividade (t/ha) na adoção dos transgênicos, sugerindo, mesmo, não ser esse o fator decisivo na mudança da função de produção dos agricultores.

A diferença importante parece residir nos custos de produção e na flexibilização do processo produtivo. A vantagem da semente transgênica com relação à convencional advém, basicamente, de sua associação a um herbicida de largo espectro, que reduz os tipos e a quantidade dos defensivos utilizados ao longo do ciclo produtivo, bem como os requerimentos em máquinas e mão-de-obra relacionados à sua aplicação. Tal vantagem, no entanto, depende dos preços da semente transgênica em relação à convencional, de tal sorte que

não se anulem os efeitos positivos da economia em defensivos. Ora, no caso concreto da lavoura gaúcha, não parece haver dúvida quanto à redução importante dos custos, pois o produtor está utilizando semente transgênica própria, deixando de pagar o valor de mercado que incluiria a margem devida à Monsanto pela propriedade industrial. A questão é saber se subsistiriam vantagens no caso da legalização definitiva dos transgênicos no País, isto é, quando o agricultor tiver que pagar para se apropriar da inovação tecnológica.

Para terminar, e focando a questão dos transgênicos do ponto de vista do desenvolvimento da agricultura, as inovações que estão sendo gestadas pela indústria agrobiotecnológica (dentre as quais a soja transgênica é apenas um exemplo isolado) são de tal qualidade que potencialmente constituem a base de uma nova revolução agrícola. Isto porque elas podem libertar a agricultura dos constrangimentos naturais aos quais sempre esteve sujeita (qualidade de solos, tipo de clima). Estaremos no limiar da era da transformação da agricultura em mais um ramo industrial?

Evolução da área de lavouras transgênicas mundial nos países desenvolvidos e em desenvolvimento — 1996-02



FONTE: www.isaaa.org

Maria D. Benetti (FEE/NEA)

Desaceleração na indústria do Rio Grande do Sul

A desaceleração da atividade industrial brasileira, evidenciada pelo comportamento dos índices de produção física acumulados até março, junho e julho de 2003, em comparação com iguais períodos do ano anterior, também pode ser constatada na maioria dos locais pesquisados pelo IBGE.

Com efeito, o exame dos índices regionais comprova redução e/ou estagnação no ritmo de crescimento da atividade fabril ao longo do período, com exceção da Bahia e do Paraná. O destaque cabe ao Estado da Bahia, cujo indicador acumulado no período jan.-jun./03 sinaliza crescimento e uma trajetória inversa à dos demais estados. O resultado menos favorável no acumulado até julho, no entanto, mostra diminuição no ritmo de expansão da produção física.

Em relação à indústria gaúcha, a trajetória de queda atingiu um pico em julho, quando o índice mensal (mês/mês do ano anterior) registrou a primeira taxa negativa (-1,2%) desde setembro de 2002. A mesma tendência descendente pode ser observada no exame do indicador acumulado no ano. Esses resultados refletem o fraco desempenho da produção voltada para o consumo doméstico, tais como vestuário e calçados. A contribuição positiva vem sendo dada pelos gêneros mecânica (colheitadeiras) e material de transporte (reboques).

Taxa de variação dos índices da produção física da indústria, por locais pesquisados, no Brasil — jan.-jul./03

ESTADOS E PAÍS	ACUMULADA NO ANO (1)		
	Jan.-Mar./03	Jan.-Jun./03	Jan.-Jul./03
Ceará	1,2	-1,8	-2,2
Pernambuco	-0,1	-3,3	-3,3
Bahia	-1,3	4,1	2,1
Minas Gerais	-2,0	-2,5	-2,1
Espírito Santo	23,2	19,1	18,0
Rio de Janeiro	4,2	0,9	0,5
São Paulo	2,3	-1,0	-1,1
Paraná	6,3	3,1	3,5
Santa Catarina	-0,3	-3,2	-3,4
Rio Grande do Sul	4,1	2,9	2,3
Brasil	2,4	0,1	-0,3

FONTE: IBGE.

(1) Os dados têm como base igual período do ano anterior.

Maria Lucrecia Calandro (FEE/NEI)

Emprego formal no RS: o menor crescimento dos últimos três anos

No RS, entre janeiro e agosto de 2003, o emprego formal teve crescimento de 1,33%, com saldo positivo de 21,9 mil postos de trabalho. Tanto em termos absolutos como em percentuais, essa foi a menor variação dos últimos três anos, considerando-se os mesmos oito meses.

A diminuição no ritmo de crescimento do emprego formal pode, em larga medida, ser associada ao desempenho da indústria de transformação. Esse setor é o que mais contribui para o avanço do emprego no Estado, e vêm, a cada ano, diminuindo o número de ingressos e também a sua participação no total de postos acrescidos ao mercado formal de trabalho. Entre janeiro e agosto de 2003, o emprego formal na indústria de transformação teve um saldo positivo de 9,4 mil postos de trabalho (variação de 1,72%), inferior ao dos dois anos anteriores, considerando-se os mesmos oito meses. Em 2002 e 2001, a indústria de transformação registrou crescimento de 2,39% (13.209 postos) e de 3,75% (20.119 postos) respectivamente.

O setor serviços, em 2003, diferentemente dos anos anteriores, mostrou evolução do emprego em patamar próximo ao

da indústria de transformação (8,2 mil trabalhadores, com uma variação de 1,44%), ficando com a segunda posição no que diz respeito ao acréscimo de postos de trabalho no Estado.

Saldo do emprego formal, por setores de atividade, no RS — jan.-ago./01, jan.-ago./02 e jan.-ago./03

SETORES	JAN-AGO/01	JAN-AGO/02	JAN-AGO/03
Extrativa mineral	104	-40	241
Indústria de transformação	20 119	13 209	9 432
Serviços industriais de utilidade pública	450	117	172
Construção civil	1 222	-2 046	1 389
Comércio	6 151	3 327	4 051
Serviços	6 261	8 662	8 175
Administração pública	1 843	550	264
Agropecuária	-3 972	-985	-1 798
Outros	-22	3	14
TOTAL	32 156	22 797	21 940

FONTE: MTE.

Sheila S. Wagner Sternberg (FEE/NET)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.tcche.br

Carta
de
Conjuntura FEE

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./93-ago./03

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTI- MENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMI- PREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./93	4,9	18,7	-	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,9	21,6	-	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,2	20,2	-	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,7	21,0	-	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,3	22,2	-	5,2	38,0	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,1	21,2	-	1,7	29,0	96,5	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,8	19,6	-	8,9	19,0	126,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,4	20,3	-	6,0	15,8	109,6	-5,4	127,7	0,2	46 304
Ago./01	-	-	-	6,4	19,0	128,8	24,2	94,6	-2,0	45 010
Set./01	2,6	19,8	-	6,5	19,0	137,1	31,7	93,3	-1,3	45 133
Out./01	-	-	11,7	7,2	19,0	135,6	28,5	92,2	-1,3	45 430
Nov./01	-	-	11,5	7,6	19,0	123,6	13,3	104,0	12,9	45 587
Dez./01	1,4	19,2	10,6	7,7	19,0	114,1	4,1	130,2	25,2	52 846
Jan./02	-	-	11,1	7,6	19,0	109,5	-1,4	99,4	-23,6	52 298
Fev./02	-	-	12,5	7,5	18,8	106,7	-4,9	94,7	-4,8	50 056
Mar./02	0,3	18,7	12,9	7,7	18,5	103,2	-9,8	94,6	-0,1	49 371
Abr./02	-	-	12,5	8,0	18,5	102,2	-13,3	94,8	0,3	48 598
Mai/02	-	-	11,9	7,8	18,5	109,1	-12,7	95,8	1,0	49 265
Jun./02	-0,01	18,6	11,6	7,7	18,5	117,5	-6,0	94,2	-1,6	50 577
Jul./02	-	-	11,9	7,5	18,0	126,2	0,0	95,0	0,8	54 220
Ago./02	-	-	11,7	7,5	18,0	129,8	0,8	93,4	-1,7	56 266
Set./02	0,5	-	11,5	7,9	18,0	135,0	-1,5	92,0	-1,5	58 165
Out./02	-	-	11,2	8,4	21,0	145,6	7,4	92,0	-0,1	60 607
Nov./02	-	-	10,9	10,9	22,0	127,8	3,4	101,7	10,6	61 344
Dez./02	1,5	-	10,5	12,5	25,0	126,7	11,0	122,5	20,5	69 901
Jan./03	-	-	11,2	14,5	25,5	123,2	12,5	92,2	-24,7	68 886
Fev./03	-	-	11,6	15,8	26,5	128,2	20,1	88,1	-4,4	64 092
Mar./03	-	-	12,1	16,6	26,5	122,2	18,4	87,6	-0,6	69 290
Abr./03	2,2	-	12,4	16,8	26,5	110,7	8,3	88,9	1,5	67 372
Mai/03	-	-	12,8	17,2	26,5	109,2	0,1	89,5	0,7	66 199
Jun./03	-	-	13,0	16,6	26,0	108,6	-7,6	90,4	1,0	65 703
Jul./03	1,6	-	12,8	15,4	24,5	108,1	-14,3	92,8	2,7	66 357
Ago./03	-	-	13,0	15,1	22,0	110,8	-14,6	-	-	64 493

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./93-ago./03

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./93	97,13	7,5	-	(8)77	8,1	25,1	-0,14	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(8)80	12,3	28,7	-0,31	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(8)83	6,8	51,1	-2,55	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(8)82	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(8)84	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	(8)82	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	(8)81	-6,1	-14,9	-4,72	5,33	-0,60	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,02	5,44	-1,42	33 011	236 156
Ago./01	-3,78	54,0	136,23	4,7	2,5	-	7,8	11,2	-4,95	4,68	0,27	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,39	4,2	-5,3	-	6,8	8,0	-4,90	4,74	0,17	40 054	232 425
Out./01	-3,95	54,4	132,22	3,3	2,1	79,8	6,8	5,8	-4,79	4,67	0,13	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,1	128,43	2,7	-1,7	-	6,2	3,5	-4,69	4,06	0,63	37 234	228 603
Dez./01	-3,67	52,6	112,54	1,6	-10,7	-	5,7	0,1	-4,55	4,40	0,15	35 866	226 067
Jan./02	-3,64	55,1	117,81	0,6	6,2	79,5	2,6	-4,6	-4,37	4,41	-0,04	36 167	225 582
Fev./02	-3,61	54,7	113,66	0,4	-0,9	-	2,0	-5,6	-4,29	4,43	-0,14	35 906	225 348
Mar./02	-3,33	54,6	125,92	-0,6	6,6	-	-0,9	-10,3	-4,01	4,54	-0,53	36 721	226 962
Abr./02	-3,37	54,6	130,34	-0,6	2,9	79,1	-2,0	-12,0	-3,97	4,58	-0,60	33 008	224 695
Mai/02	-3,29	55,7	131,97	-1,0	-0,2	-	-4,1	-15,2	-3,97	4,51	-0,54	32 889	225 088
Jun./02	-3,43	58,1	127,94	-0,9	-2,1	-	-6,1	-17,7	-3,83	4,64	-0,81	41 999	235 815
Jul./02	-3,51	62,1	136,87	-0,7	6,2	79,0	-3,8	-17,4	-3,55	4,36	-0,80	39 060	231 955
Ago./02	-3,49	58,2	137,62	-0,6	0,8	-	-4,1	-18,5	-3,28	4,29	-1,01	37 643	228 723
Set./02	-3,92	63,6	134,48	0,0	-2,6	-	-1,2	-17,6	-2,85	4,28	-1,43	38 381	229 228
Out./02	-4,13	58,4	144,01	1,0	5,1	80,1	0,7	-17,8	-2,35	4,30	-1,95	35 855	227 273
Nov./02	-4,14	56,7	134,53	1,5	-5,3	-	1,6	-17,3	-2,06	4,12	-2,05	35 592	225 305
Dez./02	-3,96	56,5	118,40	2,5	-9,9	-	3,7	-15,3	-1,71	3,67	-1,97	37 823	227 689
Jan./03	-4,14	56,2	121,09	2,8	3,2	79,2	6,1	-13,7	-1,41	3,54	-2,14	38 772	228 803
Fev./03	-4,43	56,4	118,27	3,2	-0,2	-	9,3	-11,8	-1,21	3,53	-2,31	38 530	228 597
Mar./03	-4,65	54,9	126,74	3,5	4,6	-	12,8	-8,6	-0,95	3,07	-2,12	42 335	233 692
Abr./03	-4,65	53,4	125,34	2,7	-0,8	80,7	14,8	-8,1	-0,73	2,82	-2,09	41 500	233 580
Mai/03	-4,66	55,2	131,45	2,7	3,1	-	20,3	-6,1	-0,11	2,62	-2,51	43 373	236 010
Jun./03	-4,43	55,8	125,27	2,5	-3,5	-	25,7	-3,2	0,28	2,33	-2,61	47 956	237 233
Jul./03	-4,38	57,2	133,51	1,9	5,9	81,0	22,6	-5,5	0,57	2,40	-2,97	47 645	-
Ago./03	-4,35	57,7	-	-	-	-	23,8	-4,7	0,78	2,42	-3,20	47 793	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda, Reino Unido e Bélgica). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Média do ano.

Carta de Conjuntura - Ano 12 nº 10

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — maio/01-out./03

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Maio/01	-	154,69	97,67	100,99	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,61	96,49	100,20	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,08	98,44	99,93	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,23	99,06	99,81	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,17	95,94	99,40	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,26	98,68	99,33	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,43	96,26	99,05	291,4	116,1	56,8	540,7	123,37	565,12
Dez./01	3,1	125,70	97,73	98,95	361,3	143,3	77,9	658,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,02	100,70	100,70	244,8	102,1	84,8	512,0	126,11	576,45
Fev./02	-	130,62	102,61	101,65	282,5	155,3	59,1	572,7	126,20	577,21
Mar./02	-	153,30	98,28	100,37	245,8	108,3	49,7	479,4	127,22	576,94
Abr./02	-	168,72	110,90	103,21	310,3	138,6	64,1	595,5	128,28	577,39
Maio/02	-	163,55	105,73	103,75	295,5	120,0	54,2	550,0	128,89	577,12
Jun./02	-	151,90	102,91	103,61	294,0	122,2	66,2	569,4	129,68	577,79
Jul./02	-	157,30	104,12	103,68	292,3	130,5	66,3	569,6	131,05	593,97
Ago./02	-	153,10	98,00	102,93	313,1	125,6	64,4	587,3	131,95	603,19
Set./02	-	148,12	110,40	103,69	333,9	131,7	65,8	617,0	133,87	609,38
Out./02	-	161,76	108,37	104,17	328,5	126,0	56,6	598,3	136,58	615,62
Nov./02	-	149,79	105,17	104,26	380,1	144,4	59,2	669,7	142,78	630,81
Dez./02	1,8	126,86	100,92	104,02	480,5	174,8	99,5	843,6	145,85	644,09
Jan./03	-	131,92	101,46	101,46	461,2	128,5	96,2	771,9	149,37	654,01
Fev./03	-	136,25	104,31	102,89	365,5	152,0	73,0	676,9	150,73	664,31
Mar./03	-	162,56	106,04	104,05	323,9	138,1	62,2	612,0	153,25	672,98
Abr./03	-	170,50	101,05	103,19	314,0	132,6	39,0	576,0	155,94	678,29
Maio/03	-	169,02	103,34	103,22	342,9	129,0	63,8	628,8	156,18	685,26
Jun./03	-	153,68	101,17	102,87	458,3	175,4	81,1	804,5	155,22	686,49
Jul./03	-	155,37	98,77	102,26	278,8	145,4	72,3	580,2	154,86	707,66
Ago./03	-	-	-	-	349,2	149,3	80,3	666,1	155,09	718,4
Set./03	-	-	-	-	-	-	-	-	155,64	721,93
Out./03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	725,46

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — maio/01-out./03

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$ 1000)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Maio/01	-5 421	10,2	15,4	880	887	618 173	1 601 341	638 054
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	883	883	653 234	1 577 282	632 236
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	869	869	631 391	1 514 421	658 093
Ago./01	6 854	9,6	14,3	873	872	628 535	1 532 506	673 810
Set./01	7 532	9,8	14,5	891	899	607 149	1 509 226	569 020
Out./01	10 869	10,2	15,3	893	907	593 559	1 475 961	494 824
Nov./01	10 730	9,7	15,1	896	910	601 350	1 565 278	384 873
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	878	882	586 626	1 570 997	468 839
Jan./02	10 652	8,9	14,5	855	850	477 873	1 573 445	370 754
Fev./02	6 150	9,2	15,0	856	860	593 381	1 702 526	372 940
Mar./02	9 401	9,9	15,8	864	878	588 580	1 694 484	401 451
Abr./02	13 097	10,4	15,7	879	899	625 124	1 701 247	455 825
Maio/02	-6 787	10,7	16,0	884	894	646 439	1 642 984	561 499
Jun./02	-2 959	10,7	15,9	890	894	676 025	1 634 102	568 815
Jul./02	-6 283	10,3	15,9	903	900	652 067	1 567 947	827 555
Ago./02	- 474	10,3	15,4	901	894	657 313	1 601 787	632 388
Set./02	10 392	10,4	15,5	905	893	636 816	1 572 812	561 132
Out./02	7 611	10,1	15,1	894	879	630 398	1 577 042	641 666
Nov./02	13 593	9,6	14,8	862	863	664 146	1 647 188	485 592
Dez./02	-11 705	9,1	14,2	846	838	631 508	1 648 850	495 828
Jan./03	8 844	9,1	14,3	810	819	528 405	1 676 207	449 010
Fev./03	14 915	9,3	14,8	795	795	592 614	1 777 344	509 346
Mar./03	4 715	9,9	15,3	785	800	578 305	1 713 112	476 231
Abr./03	10 875	11,0	16,3	780	778	621 992	1 641 381	638 718
Maio/03	-5 776	11,6	16,6	782	794	628 032	1 618 086	784 981
Jun./03	-2 847	12,2	17,6	775	789	605 276	1 536 099	762 358
Jul./03	-11 073	11,9	17,7	772	799	618 517	1 572 877	814 215
Ago./03	2 287	11,6	17,8	-	-	597 084	1 535 554	625 595
Set./03	-	-	-	-	-	598 379	1 533 402	-
Out./03	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de jul./03. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 1991 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./98 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

O Rio Grande do Sul perde “espaço” no mercado internacional de carne bovina

Recentemente, as exportações brasileiras de carne bovina têm adquirido destaque no noticiário, em virtude do grande crescimento apresentado por essas vendas em 2003. Desde 1999, as exportações brasileiras desse tipo de carne vêm apresentando um incremento significativo, e as expectativas dos agentes do mercado são de que, neste ano, superem as dos Estados Unidos e as da Austrália, os dois maiores exportadores dessa carne até 2002.

A desvalorização do real em 1999 alavancou de forma significativa as exportações de carne bovina brasileira. Mas foi em 2001 o grande salto no volume exportado pelo Brasil, decorrente, essencialmente, do aumento das vendas externas de carne *in natura*. Foi justamente em 2001 que ocorreu o ressurgimento da febre aftosa no Rio Grande do Sul, prejudicando sobremaneira as vendas gaúchas desse tipo de carne. Se já existia um movimento de perda de mercado externo da carne originada do Rio Grande do Sul em relação à de outros estados desde o início da década, esse contexto se acentuou com a aftosa. Em 1990, o Estado participava com 22% do total de carne bovina exportado pelo País. Desde lá, no entanto, tem apresentado redução em sua participação, que já se en-

contrava em torno de 8% no final da década e foi de 6% em 2002.

Apesar dos reveses, em 2003 o Rio Grande parece ensaiar uma recuperação, pelo menos no sentido de não perder mais “espaço” no mercado externo, uma vez que, de janeiro a agosto deste ano, as exportações de carne bovina *in natura* apresentaram um volume de vendas duas vezes superior ao exportado em igual período de 2002.

Taxas de crescimento das exportações brasileiras e gaúchas de carne bovina *in natura* — jan.-ago./02 e jan.-ago./03

PAÍS E ESTADO	JAN-AGO/02 (t)	JAN-AGO/03 (t)	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Brasil	247 652	387 575	56,50
Rio Grande do Sul	5 258	10 514	99,96

FONTE DOS DADOS BRUTOS: SECEX/MDIC.

Vivian Fürstenau (FEE/NEA)

E continua o protecionismo agrícola

Na Rodada Uruguai da OMC, em 1994, acatando as propostas dos países desenvolvidos (EUA e UE), os países em desenvolvimento concordaram em reduzir as tarifas de importação sobre bens manufaturados e em adotar regras sobre patentes, enquanto a agricultura não teve sua regulamentação implementada na totalidade.

Em 2001, na reunião de Doha, a agricultura, antes tratada em um acordo em separado, foi incluída no sistema multilateral da OMC. E uma das principais demandas dos países mais pobres em Doha foi a eliminação dos subsídios à exportação agrícola pelos países ricos.

Na reunião de Cancun, em setembro de 2003, esperava-se uma decisão sobre o comércio de produtos agrícolas que favorecesse os países em desenvolvimento. Mas tal não ocorreu: EUA e UE fecharam uma proposta agrícola que conflitava

com as aspirações dos países mais pobres, em um texto sem avanços expressivos na redução dos subsídios e no acesso a mercados, além de criar a categoria dos países exportadores agrícolas líquidos, os quais não teriam as preferências que seriam dadas aos demais países em desenvolvimento. Ao contrário do ocorrido na reunião de 1994, agora houve uma forte reação destes últimos — liderada pelo Brasil —, que exigiram mudanças na política agrícola dos países ricos.

A reunião de Cancun acabou em um impasse, e, mais uma vez, o setor agrícola dos países mais pobres viu frustradas suas aspirações de reduzir o protecionismo dos ricos. Entretanto o modo organizado e coeso com que os países menos desenvolvidos reagiram às imposições dos desenvolvidos parece indicar uma nova correlação de forças antes inexistente na OMC.

Algumas barreiras às exportações brasileiras de produtos agropecuários

ESTADOS UNIDOS		UNIÃO EUROPEIA		JAPÃO	
Produto	Barreira	Produto	Barreira	Produto	Barreira
Suco de laranja	Tarifa	Soja	Subsídios e ajuda interna	Soja	Escalada tarifária
Açúcar	Quotas tarifárias	Café	Isenções concedidas a terceiros países	Açúcar	Escalada tarifária
Fumo	Apoio aos produtores internos	Carne bovina	Várias	Fumo	Escalada tarifária
Carne de frango	Subsídios	Carne de frango	Várias	Frutas tropicais	Medidas sanitárias e fitossanitárias
Carne suína	Medidas sanitárias	Açúcar	Várias	Vegetais	Medidas sanitárias e fitossanitárias

FONTE: MDIC.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

O microcrédito no Brasil e no Estado

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e a microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimentos) e é concedido com o uso de metodologia específica.

Atualmente, o microcrédito é concedido no Brasil de várias formas, por meio de ações do Poder Público, da sociedade civil e da iniciativa privada, apresentando diferentes desenhos institucionais.

Segundo **Nota Técnica** do Banco Central, de fevereiro de 2003, uma pesquisa realizada pela OIT em 2001 estimou que existem, no Brasil, quase 14 milhões de pequenas unidades produtivas, potenciais demandantes de microcrédito, a grande maioria delas formada por trabalhadores por conta própria (64,5%), das quais a pesquisa deduziu haver algo como seis milhões exercendo demanda efetiva no montante aproximado de R\$ 11 bilhões, o que equivale a, praticamente, 1% do PIB do Brasil.

Do ponto de vista da demanda, a pesquisa mostra que é bastante forte a concentração. O Estado de São Paulo responde por um terço da demanda, mas, adicionando-se o Estado de Minas Gerais e o resto da Região Sudeste, chega-se a mais da metade do total (56%). Essa situação se justifica pelo peso relativo da Região na economia do País: é a que tem o maior PIB.

Do lado da oferta, excluídas as cooperativas de crédito e a rede de correspondentes bancários, existem 121 instituições atendendo a um total de 158.654 clientes ativos, as quais respondem a apenas 1% da demanda potencial. Metade desse atendimento é feito pela carteira especializada em microcrédito do Banco do Nordeste, denominada Crediamigo. O restante do segmento é composto por pequenas instituições, com média de 1.311 clientes ativos e carteira de R\$ 138,8 milhões, sugerindo um empréstimo médio de R\$ 875,00.

No Rio Grande do Sul, destacam-se duas instituições comunitárias de crédito: a Portosol, criada em 1995 através da Prefeitura de Porto Alegre, cujos recursos iniciais vieram de

doações da própria Prefeitura da Capital, do Governo do Estado e de outras instituições nacionais e internacionais; e o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Ceape), que surgiu em 1987, em Porto Alegre, com um sucesso que resultou na sua reprodução em vários estados brasileiros.

A Portosol, atualmente, conta com filiais em diversas cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre e emprestou, até 31.03.03, R\$ 56.078.947,65, representando um total de 45.892 créditos concedidos.

Apesar da dimensão do setor de microcrédito no Brasil, existem vários desafios para uma adequada consolidação e expansão do mesmo no País. O montante dos recursos destinados ao setor, bem como o número de operações e de instituições são pequenos, se se considerar o tamanho da economia brasileira, em especial o do setor informal.

Demanda estimada de microcrédito segundo alguns estados selecionados e por região do Brasil — 2001

REGIÕES E ESTADOS	DEMANDA (1)	%
Norte	580 432	5,1
Bahia	448 268	3,5
Resto do Nordeste	973 555	8,6
Minas Gerais	1 136 195	10,0
São Paulo	3 794 115	33,4
Resto do Sudeste	1 444 129	12,7
Centro-Oeste	868 570	7,6
Sul	2 110 225	18,6
TOTAL	11 355 494	100,0

FONTE: Nota técnica do Bacen: Democratização do crédito no Brasil — Principais desafios — Atuação do Banco Central: fevereiro de 2003.

(1) Total da soma dos empregados por conta própria e empregadores.

Edison Marques Moreira (FEE/NEESF)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 13.10.03).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Júnior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery www.fee.tche.br

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Jorge da Silva Accurso, Maria Isabel Herz da Jornada e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried

Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schimitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.